



ADVOCACIA PÚBLICA MUNICIPAL NO PARANÁ – CONSÓRCIOS PÚBLICOS MUNICIPAIS - PROCURADORIA JURÍDICA DOS CONSÓRCIOS

Apresentação

Prezado(a) Presidente do Consórcio,

O Ministério Público de Contas do Estado do Paraná — MPC-PR, em cooperação com a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Paraná — OAB/PR, encaminha a Vossa Excelência o presente questionário para o Diagnóstico da Advocacia Pública Municipal no Paraná — Consórcios Públicos Municipais - Procuradoria Jurídica do Consórcio.

A iniciativa insere-se no âmbito do Termo de Cooperação Técnica firmado entre o MPC-PR e a OAB/PR, visando a colaboração institucional para fins de elaboração de um diagnóstico da advocacia pública municipal, o desenvolvimento das carreiras e o fortalecimento das Procuradorias em atuação no Estado do Paraná, para melhor atender as demandas Municipais.

As informações prestadas serão essenciais para a elaboração de um diagnóstico técnico, amplo e fidedigno da advocacia pública municipal paranaense, permitindo identificar boas práticas, desafios estruturais e caminhos para o aperfeiçoamento da governança jurídica local.

Por oportuno informamos que o questionário deverá ser respondido no período de 08 de junho a 22 de junho de 2026. Não sendo respondido o questionário no prazo indicado, a título colaborativo, poderá ser respondido por servidores integrantes da procuradoria ou do controle interno, no período de 23 de junho a 30 de junho de 2026.

Por fim, salientamos que o questionário respondido será utilizado tão somente para fins da elaboração do relatório denominado Diagnóstico da Advocacia Pública Municipal no Paraná, e não acarretará qualquer tipo de responsabilização sancionatória; entretanto, alerta-se aos

Consórcios Públicos que optarem por não responder que as respectivas entidades serão prioritariamente incluídos na apuração de inconformidades detectadas a partir da análise das informações constantes das bases de dados do Tribunal de Contas.

O MPC-PR e a OAB/PR agradecem, desde já, a atenção e a colaboração institucional, certos de que a participação do Consórcio será decisiva para o fortalecimento e a valorização da advocacia pública municipal e a promoção de uma Administração Pública mais íntegra, eficiente, transparente e juridicamente segura.

Instruções gerais

- *Este questionário deve ser respondido pela instituição destinatária (Presidente do Consórcio, ou Procurador-Geral, ou pelo titular do Controle interno), e não por advogado público/procurador individualmente considerado, no período de 08 de junho a 22 de junho de 2026. Atenção: Não sendo respondido o questionário no prazo indicado, a título colaborativo, poderá ser respondido por servidores integrantes da procuradoria ou do controle interno, no período de 23 de junho a 30 de junho de 2026.*
- *As perguntas estão organizadas em eixos temáticos e indicam o tipo de resposta: única, múltipla, numérica ou aberta.*
- *Quando houver exigência de comprovação, informar link público do ato normativo.*
- *Quando uma pergunta não for compatível com a estrutura do órgão/entidade respondente, utilizar a alternativa “Não se aplica”.*
- *Eventual omissão no envio do questionário respondido não acarretará qualquer tipo de responsabilização sancionatória, mas os Consórcios Públicos inertes serão prioritariamente incluídos na apuração de inconformidades detectadas a partir da análise das informações constantes das bases de dados do Tribunal de Contas.*
- *Em caso de dúvida quanto ao preenchimento do presente questionário, favor entrar em contato pelo e-mail: projetompc.procuradorias@gmail.com*

EIXO 1 – IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

CNPJ - Denominação do Consórcio:

[Caixa de seleção para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Indique o documento e respectivo link de acesso que relaciona os municípios atualmente integrantes do consórcio:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Presidente do Consórcio

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Dirigente máximo do setor jurídico

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Responsável pelo preenchimento

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Cargo/função do responsável pelo preenchimento

- *Dirigente máximo do setor jurídico*
- *Representante Legal*
- *Controle Interno*
- *Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)*

Número da demanda recebida via Canal de Comunicação (CACO):

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

EIXO 2 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA ADVOCACIA PÚBLICA

1. Há Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública) criada na estrutura administrativa do Consórcio?

- *Sim*
- *Não*
- *Não se aplica*

2. Não havendo Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública) criada, os advogados públicos estão lotados/vinculados a qual setor da estrutura administrativa?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Presidência do Consórcio*
- *Diretoria Executiva ou análoga*
- *Área Administrativa ou análoga*
- *Outro órgão não relacionado nas alternativas anteriores*
- *Não se aplica (há Procuradoria estruturada)*

3. A Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública) está expressamente prevista no Protocolo de Intenções ou no Contrato do Consórcio?

- *Sim*
- *Não*
- *Não se aplica*

3.1. Em caso afirmativo, ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

4. Há especialização da advocacia pública/procuradoria por áreas de atuação (por exemplo: tributária, administrativa, contenciosa cível, fundiária, urbanística, trabalhista, previdenciária, controle externo, entre outras)?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, há divisão formal de atribuições por áreas previstas em norma
- Sim, há divisão informal/administrativa por áreas, sem norma específica
- Não, todos os procuradores/advogados atuam de forma genérica em todas as áreas
- Não se aplica

5. A organização da atuação finalística da Procuradoria (ou unidade equivalente) observa qual modelo predominante de divisão interna?

- Divisão por tipo de atividade jurídica (consultivo, contencioso, cobrança, assessoramento, etc.)
- Divisão por especialidade temática ou matéria (tributária, saúde, pessoal, licitações, urbanismo, meio ambiente, etc.)
- Divisão combinada por tipo de atividade jurídica e especialidade temática no mesmo nível organizacional
- Divisão por tipo de atividade jurídica, com subdivisões internas por matéria
- Não há divisão interna formal ou administrativa

6. Há unidade, núcleo ou fluxo específico para triagem, distribuição e controle inicial das demandas jurídicas recebidas pela Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- Sim, unidade formal de triagem/distribuição
- Sim, fluxo automatizado em sistema eletrônico
- Sim, procedimento informal/manual
- Não

7. Há unidade, setor ou apoio técnico específico para elaboração de cálculos, atualização de valores, estimativas de impacto financeiro ou liquidação de decisões judiciais/administrativas?

- Sim, unidade própria da Procuradoria/setor jurídico
- Sim, outra unidade que presta apoio à Procuradoria/setor jurídico
- Sim, apoio terceirizado ou contratado
- Não

EIXO 3 – QUADRO DE PESSOAL E PROVIMENTO DE CARGOS

8. Qual o número de procuradores/advogados públicos em atividade no Consórcio?

- Até dois
- De três a cinco
- De seis a dez
- De onze a vinte
- De vinte e um a quarenta e nove
- Mais de cinquenta

8.1. Indicar o número exato de procuradores/advogados efetivos em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

9. Qual o número TOTAL de cargos/empregos públicos criados no setor jurídico do Consórcio?

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

9.1 Número de cargos/empregos públicos VAGOS:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

10. Existe estudo técnico, diagnóstico interno, dimensionamento de força de trabalho ou outro instrumento que indique o número necessário de procuradores/advogados públicos para atendimento adequado das demandas do Consórcio?

- Sim
- Não

11. Há critérios objetivos para distribuição dos cargos/empregos públicos, lotação dos procuradores/advogados públicos ou alocação de demandas entre áreas de atuação?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, por número de processos
- Sim, por volume/complexidade das demandas
- Sim, por área temática ou especialidade
- Sim, por critérios territoriais ou unidades descentralizadas
- Sim, por outro critério. Qual?
- Não há critérios objetivos formalizados

12. Quando foi realizado o último concurso público para provimento de cargos/empregos públicos do setor jurídico do Consórcio?

- Nunca houve concurso público específico para o setor jurídico
- Há menos de 2 anos
- De 2 a 5 anos

- De 5 a 10 anos
- Há mais de 10 anos

13. No último concurso público para o setor jurídico, houve participação da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB em todas as fases ou em alguma fase do certame?

- Sim, em todas as fases
- Sim, em algumas fases
- Não
- Não se aplica

14. O edital do último concurso público exigiu tempo mínimo de atividade jurídica ou advocacia para inscrição ou posse no cargo/emprego público?

- Sim
- Não
- Não se aplica

14.1. Em caso afirmativo, indicar o tempo exigido:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

15. Há cargos de direção, chefia ou assessoramento no âmbito da Procuradoria (ou unidade equivalente), e qual a forma de provimento desses cargos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, providos exclusivamente por membros do setor jurídico
- Sim, providos preferencialmente por membros do setor jurídico
- Sim, providos por livre nomeação
- Sim, providos por designação ou indicação interna
- Não há cargos de direção/chefia específicos no setor jurídico

16. Qual o número de assessores jurídicos, e/ou procuradores, e/ou advogados comissionados que atuam no Consórcio?

- Nenhum
- Apenas um
- Dois
- De três a cinco
- De seis a dez
- Acima de onze

16.1. Indicar o número exato de assessores jurídicos comissionados em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

16.2. Indicar o número exato de procuradores comissionados em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

16.3. Indicar o número exato de advogados comissionados em atividade:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

17. Havendo advogados comissionados no Consórcio, qual(is) cargo(s) ocupam?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Diretor ou Chefe do setor jurídico*
- *Assessor Jurídico*
- *Procurador/Advogado lotado no setor jurídico, sem função de chefia ou direção*
- *Outro. Qual?*
- *Não se aplica*

18. Além do quadro próprio de advogados públicos/procuradores, o Consórcio mantém contratos ativos celebrados por inexigibilidade de licitação (art. 74 da Lei nº 14.133/2021, ou base anterior) com advogados ou escritórios de advocacia particulares?

- *Sim*
- *Não*

19. O Consórcio mantém contratos ativos com advogados ou escritórios de advocacia particulares celebrados mediante licitação, para apoio ou execução de atividades jurídicas?

- *Sim*
- *Não*

20. Os contratos com advogados ou escritórios de advocacia particulares, quando existentes, destinam-se a demandas específicas ou à representação jurídica sistemática/constante do Consórcio?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Demandas específicas, especializadas ou excepcionais*
- *Representação jurídica sistemática, cotidiana ou constante*
- *Consultoria/assessoramento jurídico contínuo*
- *Atuação em processos de massa*
- *Não se aplica*

21. Há rotatividade expressiva (evasão) de procuradores/advogados públicos no Consórcio (por exoneração voluntária, aposentadoria precoce, redistribuição ou aprovação em outro concurso público)?

- *Sim, há rotatividade expressiva*
- *Sim, há rotatividade moderada*
- *Não, a rotatividade é baixa*
- *Não se aplica*

22. Quais os principais fatores que, na percepção da instituição, contribuem para a evasão de procuradores/advogados públicos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Remuneração insuficiente ou abaixo do mercado*

- *Ausência de plano de carreira ou progressão funcional*
- *Sobrecarga de trabalho*
- *Falta de infraestrutura ou condições de trabalho*
- *Aprovação em outros concursos públicos*
- *Desvalorização institucional da carreira*
- *Outro(s). Qual(is)?*
- *Não se aplica*

EIXO 4 – REGIME JURÍDICO E CESSÃO DE PESSOAL

23. Qual o regime jurídico adotado para o provimento de cargos/empregos públicos do setor jurídico no Consórcio?

- Estatutário
- Celetista
- Ambos

23.1. Indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

24. Há advogados públicos/procuradores do Consórcio atualmente cedidos a outros órgãos ou entidades (no Município, no Estado, na União ou em outros entes federativos)?

- *Sim*
- *Não*

25. O Consórcio recebe advogados/procuradores cedidos pelos Municípios integrantes para atuação em suas atividades jurídicas?

- *Sim*
- *Não*

EIXO 5 – REMUNERAÇÃO, VANTAGENS E REGIME REMUNERATÓRIO

26. O Consórcio adota o regime de subsídio para a remuneração dos procuradores/advogados públicos?

- *Sim*
- *Não*

26.1. Em caso afirmativo, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

27. Caso o regime remuneratório adotado seja o de vencimentos (e não o de subsídio), os ocupantes dos cargos/empregos públicos do setor jurídico recebem ou podem receber vantagens pecuniárias, como adicionais ou gratificações? Se sim, quais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Adicional por tempo de serviço
- Adicional de função
- Adicional de titulação
- Gratificação de serviço
- Gratificação pessoal
- Não se aplica (adota-se o regime de subsídio)
- Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)

27.1. Indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

28. O Consórcio respeita o piso ético fixado pela OAB/PR (R\$ 4.881,70) para uma carga horária de 20 (vinte) horas semanais na fixação do subsídio (ou na remuneração constante da tabela de vencimentos, como salário-base) do setor jurídico?

- Sim
- Não

29. Indique a alternativa em que se enquadra a remuneração bruta atualmente prevista para o cargo/emprego público inicial do setor jurídico do Consórcio:

- Até três salários-mínimos (R\$ 4.863,00)
- De três a cinco salários-mínimos (de R\$ 4.863,00 a R\$ 8.105,00)
- De cinco a dez salários-mínimos (de R\$ 8.105,00 a R\$ 16.210,00)
- De dez a vinte salários-mínimos (de R\$ 16.210,00 a R\$ 32.420,00)
- Acima de vinte salários-mínimos (acima de R\$ 32.420,00)

29.1. Indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

30. Há previsão de adicional ou gratificação por produtividade, dedicação exclusiva, substituição, assunção de cargo/função ou representação perante tribunais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Adicional/gratificação por produtividade
- Adicional/gratificação por dedicação exclusiva
- Adicional/gratificação por substituição, assunção de cargo ou função
- Adicional/gratificação por representação perante tribunais
- Não há previsão

30.1. Indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

31. Há adicional salarial por pós-graduação, titulação acadêmica ou formação complementar dos integrantes do setor jurídico?

- Sim
- Não

31.1. Em caso afirmativo, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

32. Qual o teto remuneratório aplicado em relação à remuneração dos advogados ou procuradores que atuam no Consórcio?

- O maior subsídio de Prefeito dentre os Municípios integrantes do Consórcio
- O subsídio do Desembargador do TJ/PR (na forma do art. 37, § 12, da CF)
- O subsídio do Ministro do STF

33. As normas do Consórcio permitem o exercício da advocacia em caráter privado pelos advogados públicos/procuradores?

- Sim, expressamente. Citar a norma e artigo respectivo:
- Não, há vedação expressa contida na norma. Citar a norma e artigo respectivo:
- Sim, adota-se as regras do Estatuto da OAB

33.1. Em caso afirmativo (ou para citação da norma), indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

34. Os advogados públicos/procuradores do Consórcio recebem honorários de sucumbência?

- Sim
- Não

35. Em caso afirmativo, os honorários de sucumbência são pagos exclusivamente aos advogados/procuradores concursados?

- Sim
- Não, servidores comissionados também percebem honorários de sucumbência
- Não se aplica

36. Se há recebimento de honorários de sucumbência, o Consórcio possui ato formal regulamentando a distribuição?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, ato normativo específico
- Sim, no ato normativo relacionado ao cargo/emprego público
- Sim, por decreto ou portaria
- Não possui ato formal de regulamentação

- Não se aplica

36.1. Em caso afirmativo, indicar o ato normativo correspondente e o link de acesso:
[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

37. Se há recebimento de honorários de sucumbência, há registro de entrada como receita orçamentária?

- Sim
- Não
- Não se aplica

38. Se há recebimento de honorários de sucumbência, há retenção parcial dos valores para o Consórcio?

- Sim, para uso não vinculado
- Sim, para uso específico do setor jurídico (equipamentos, livros, cursos, etc.)
- Não há retenção para o Consórcio
- Não se aplica

39. Como é gerida a distribuição dos honorários de sucumbência?

- Comissão especial designada pela autoridade máxima do setor jurídico
- Comissão de procuradores/advogados
- Entidade desvinculada do Consórcio
- Não se aplica

40. Quais despesas são suportadas com os recursos advindos dos honorários de sucumbência?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Quota-parte de honorários
- Auxílio-saúde
- Auxílio-alimentação
- Diárias
- Inscrição em congressos, cursos e seminários, ou evento equivalente
- Ressarcimento de combustível
- Ressarcimento de material de expediente
- Aquisição de equipamentos destinados aos advogados e procuradores
- Passagens aéreas ou outras despesas de transporte
- Não se aplica

41. Há fundo próprio, conta específica ou mecanismo equivalente para gestão de recursos vinculados à Procuradoria (ou unidade equivalente), inclusive honorários de sucumbência, subvenções, doações, auxílios, aplicações financeiras ou outras receitas?

- Sim, fundo próprio instituído por ato normativo
- Sim, conta específica ou mecanismo equivalente
- Não

- Não se aplica

41.1. Em caso afirmativo, indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:
[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

EIXO 6 – ESTRUTURA ORÇAMENTÁRIA E GESTÃO DE RECURSOS

42. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui autonomia administrativa para execução das despesas consignadas em seu orçamento?

- Sim, plena autonomia administrativa para execução orçamentária
- Sim, autonomia parcial
- Não, a execução depende de autorização de outro setor da estrutura administrativa do Consórcio
- Não se aplica

EIXO 7 – CONDIÇÕES DE TRABALHO E INFRAESTRUTURA

43. Há controle de jornada de trabalho para os ocupantes dos cargos de advogados/procuradores do setor jurídico?

- Sim
- Não

44. Em caso de controle de jornada, como é realizado?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Ponto eletrônico
- Folha-ponto
- Relatório de atividades/produktividade
- Verificação de cumprimento de prazos
- Verificação de acesso aos sistemas do Consórcio
- Não se aplica

45. O Consórcio proporciona espaço adequado e reservado para os servidores do setor jurídico atuarem?

- Sim
- Não

46. Qual a situação do imóvel ou espaço físico utilizado pela Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Imóvel próprio*
- *Imóvel alugado*
- *Imóvel cedido*
- *Espaço compartilhado em imóvel de outro órgão*
- *Não há espaço físico específico*

47. A unidade administrativa ao qual os procuradores/advogados públicos estão vinculados fornece equipamentos adequados para o exercício da profissão (computador, sistemas, conexão, mobiliário, etc.)?

- *Sim*
- *Não*

48. Os equipamentos e mobiliários disponibilizados aos procuradores/advogados públicos e servidores de apoio são ergonomicamente adequados e compatíveis com as necessidades do trabalho?

- *Sim, integralmente*
- *Sim, parcialmente*
- *Não*

49. A Procuradoria (ou unidade equivalente) dispõe de salas de reunião com recursos audiovisuais, espaço para atendimento ao público e condições de acessibilidade?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Salas de reunião adequadas*
- *Recursos audiovisuais*
- *Espaço para atendimento ao público*
- *Acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida*
- *Segurança contra acidentes*
- *Não dispõe desses itens*

50. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui quadro próprio ou equipe permanente de apoio administrativo, técnico, tecnológico ou multidisciplinar?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Servidores administrativos efetivos lotados permanentemente*
- *Servidores requisitados/cedidos*
- *Empregados terceirizados, exceto limpeza e vigilância*
- *Equipe técnica de tecnologia da informação*
- *Equipe multidisciplinar (contábil, econômica, engenharia, assistência social, psicologia, etc.)*
- *Estagiários de Direito remunerados*
- *Estagiários de Direito voluntários*
- *Estagiários ou residentes de áreas administrativas/técnicas*
- *Não possui equipe de apoio*

51. O Consórcio adota políticas ou ações de qualidade de vida no trabalho, saúde

ocupacional ou prevenção de adoecimento relacionadas aos integrantes da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Sim, por programa formal*
- *Sim, por ações eventuais*
- *Não*

52. Há regulamentação de modalidades de trabalho remoto, teletrabalho ou regime híbrido para os integrantes da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, regulamentação prevendo apenas o trabalho presencial*
- *Sim, regulamentação prevendo modelo híbrido (presencial e home office)*
- *Sim, regulamentação prevendo teletrabalho integral (totalmente remoto)*
- *Não há regulamentação específica sobre modalidades de trabalho*

53. Existe avaliação de desempenho individual dos advogados públicos/procuradores e demais colaboradores da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- *Sim, avaliação periódica formal com critérios definidos*
- *Sim, avaliação eventual ou informal*
- *Não*
- *Não se aplica*

EIXO 8 – TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E MODERNIZAÇÃO

54. O Consórcio utiliza sistemas eletrônicos de gestão jurídica (controle de processos, prazos, fluxos de pareceres, peticionamento eletrônico, entre outros)?

- *Sim, sistema próprio desenvolvido pelo Consórcio*
- *Sim, sistema contratado de terceiros (software comercial)*
- *Sim, sistema disponibilizado por outro órgão (ex.: TJ/PR, MP, Estado)*
- *Não, o controle é feito de forma manual ou por planilhas*
- *Não se aplica*

55. O Consórcio utiliza sistemas de inteligência artificial (IA) ou jurimetria no apoio à atuação da advocacia pública/procuradoria?

- *Sim, sistema próprio desenvolvido pelo Consórcio*
- *Sim, sistema contratado de terceiros (software comercial)*
- *Sim, sistema disponibilizado por outro órgão (ex.: TJ/PR, MP, Estado)*
- *Não, o controle é feito de forma manual ou por planilhas*
- *Não se aplica*

56. Existe política formal de renovação periódica de equipamentos eletrônicos utilizados pela área jurídica (computadores, notebooks, scanners, projetores, telefones, certificados digitais, etc.)?

- Sim, com ciclo definido de renovação
- Sim, sem ciclo definido
- Não

57. Os fluxos de trabalho da Procuradoria (ou unidade equivalente) estão mapeados, digitalizados ou automatizados?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Há mapeamento formal de fluxos de trabalho
- Há digitalização de processos internos
- Há automação de distribuição/triagem de demandas
- Há automação de minutas, documentos ou rotinas repetitivas
- Não há mapeamento, digitalização ou automação relevante

58. Os sistemas eletrônicos utilizados pelo setor jurídico são integrados a sistemas internos do Consórcio e/ou a sistemas externos do Poder Judiciário, Tribunais de Contas, Ministério Público, Receita/Fazenda ou outros órgãos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- Sim, integração interna com sistemas do Consórcio
- Sim, integração externa com sistemas do Poder Judiciário
- Sim, integração externa com sistemas de órgãos de controle
- Sim, integração externa com sistemas fazendários/tributários
- Não há integração
- Não se aplica

59. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui banco de dados estruturado, repositório institucional ou solução em nuvem para armazenamento, consulta e preservação de informações jurídicas?

- Sim, banco de dados próprio
- Sim, repositório institucional compartilhado
- Sim, solução em nuvem
- Não

60. Há política, norma ou procedimento de segurança da informação, proteção de dados pessoais e controle de acesso aplicável às atividades da Procuradoria (ou unidade equivalente)?

- Sim, política/norma específica da Procuradoria (ou unidade equivalente)
- Sim, política/norma geral do Consórcio
- Não

60.1. Em caso afirmativo, indicar ato normativo correspondente e o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

61. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui dados consolidados sobre o número de processos, demandas consultivas, cobranças e valores financeiros envolvidos ou

recuperados?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, volume de processos contenciosos*
- *Sim, valor movimentado no contencioso*
- *Sim, volume de demandas consultivas*
- *Sim, estimativa de valor associado às demandas consultivas*
- *Sim, volume de cobranças*
- *Sim, valor cobrado, recuperado ou economizado*
- *Não possui dados consolidados*

62. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui política, fluxo ou equipe específica para gerenciamento de processos de massa ou demandas repetitivas?

- *Sim, com equipe ou núcleo específico*
- *Sim, com fluxo padronizado em sistema*
- *Sim, com teses/modelos padronizados*
- *Não*
- *Não se aplica*

EIXO 9 – ATUAÇÃO INSTITUCIONAL, TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

63. A Procuradoria (ou unidade equivalente de advocacia pública) emite pareceres com caráter normativo (vinculantes para o Consórcio) sobre temas reiterados?

- *Sim*
- *Não*
- *Não se aplica*

64. Os pareceres jurídicos emitidos pela Procuradoria (ou unidade equivalente) são públicos e disponibilizados em portal de transparência ou banco de pareceres acessível?

- *Sim, todos os pareceres são públicos*
- *Sim, apenas os pareceres normativos são públicos*
- *Não, os pareceres não são públicos*
- *Não se aplica*

64.1. Em caso afirmativo, indicar o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

65. A Procuradoria (ou unidade equivalente) elabora relatórios periódicos de atuação (por exemplo, relatórios anuais, semestrais ou outros) com indicadores quantitativos e qualitativos?

- *Sim, relatórios públicos e disponibilizados externamente*
- *Sim, relatórios internos (não disponibilizados ao público em geral)*
- *Não*
- *Não se aplica*

65.1. Em caso afirmativo, indicar o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

66. Existe prestação de contas institucional da Procuradoria (ou unidade equivalente), no formato de relatório anual, audiência pública, ou outro mecanismo de divulgação dos resultados da atuação?

- *Sim*
- *Não*

67. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui ouvidoria própria, canal específico de manifestação do cidadão ou fluxo institucionalizado para recebimento de dúvidas, reclamações, sugestões ou denúncias relacionadas à sua atuação?

- *Sim, ouvidoria própria*
- *Sim, e-mail/telefone/formulário próprio*
- *Não*

68. A Procuradoria (ou unidade equivalente) realiza campanhas, publicações ou ações periódicas de divulgação de seus serviços, resultados, orientações jurídicas ou formas de atendimento ao cidadão e aos órgãos internos?

- *Sim, com periodicidade definida*
- *Sim, eventualmente*
- *Não*

69. Há programa, núcleo, câmara ou fluxo institucional voltado à mediação, conciliação, negociação, arbitragem ou outro meio adequado de prevenção e resolução de conflitos?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, mediação*
- *Sim, conciliação*
- *Sim, negociação administrativa*
- *Sim, arbitragem*
- *Sim, termo de ajustamento de conduta ou instrumento equivalente*
- *Não*

70. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui planejamento estratégico formalizado, metas institucionais ou indicadores de desempenho?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, planejamento estratégico formalizado*
- *Sim, metas institucionais anuais ou plurianuais*
- *Sim, indicadores de desempenho*

- *Sim, painel de acompanhamento de resultados*
- *Não possui*

70.1. Em caso afirmativo, indicar o link de acesso:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

71. A Procuradoria (ou unidade equivalente) utiliza evidências, dados estatísticos, relatórios gerenciais ou jurimetria para subsidiar decisões estratégicas, priorização de demandas ou orientação jurídica preventiva?

- *Sim, regularmente*
- *Sim, eventualmente*
- *Não*

72. Há mecanismos formais de gestão do conhecimento, tais como banco de teses, modelos padronizados, repositório de pareceres, manuais, enunciados, orientações normativas ou publicações institucionais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Banco de teses institucionais*
- *Modelos padronizados de peças, pareceres ou minutas*
- *Repositório de pareceres*
- *Manuais ou guias internos*
- *Enunciados ou orientações normativas*
- *Publicação institucional periódica*
- *Não possui mecanismos formais*

73. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui política de gestão de riscos jurídicos, fiscais, processuais, operacionais ou reputacionais?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, política formal implementada e em operação*
- *Sim, em fase de definição ou implementação*
- *Não*
- *Não se aplica*

74. A Procuradoria (ou unidade equivalente) mantém convênios, acordos de cooperação técnica ou parcerias interinstitucionais com outros entes ou órgãos para fortalecimento de sua atuação?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, com o Poder(es) Executivo(s) dos Municípios integrantes do Consórcio*
- *Sim, com o Poder Executivo Estadual*
- *Sim, com o Poder Executivo Federal*
- *Sim, com o Poder Judiciário*
- *Sim, com o Ministério Público*
- *Sim, com Tribunais de Contas*
- *Sim, com a OAB ou instituições de ensino*

- *Sim, com outros Municípios, Consórcios ou Associações de Procuradores*
- *Não mantém convênios ou cooperação*
- *Não se aplica*

75. O Consórcio possui programa de integridade (compliance), comitê de governança ou instância equivalente, e qual a participação da Procuradoria (ou unidade equivalente) nessas estruturas?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, e a Procuradoria participa ativamente*
- *Sim, mas a Procuradoria não participa formalmente*
- *Não possui programa de integridade ou comitê de governança*
- *Não se aplica*

76. A Procuradoria (ou unidade equivalente) desenvolve iniciativas de inovação institucional em áreas além da tecnologia?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, inovação em gestão estratégica*
- *Sim, inovação em governança e compliance*
- *Sim, inovação em gestão de pessoas*
- *Sim, inovação em sustentabilidade*
- *Sim, inovação em diversidade, equidade e inclusão*
- *Não*
- *Não se aplica*

EIXO 10 – CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

77. O Consórcio estimula o aperfeiçoamento da formação profissional dos integrantes do setor jurídico, por meio de participação em cursos, seminários ou eventos de capacitação em geral?

- *Sim, com regularidade*
- *Sim, eventualmente*
- *Raramente*
- *Não, nunca autorizou a participação*

78. O Consórcio custeia total ou parcialmente cursos de especialização, mestrado, doutorado, formação complementar ou desenvolvimento de competências gerenciais/digitais para integrantes do setor jurídico?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, especialização/pós-graduação lato sensu*
- *Sim, mestrado*

- *Sim, doutorado*
- *Sim, cursos de curta duração ou formação complementar*
- *Sim, capacitação em competências gerenciais*
- *Sim, capacitação em competências digitais, tecnologia, IA ou jurimetria*
- *Não custeia*

79. Há programa de residência jurídica, estágio de pós-graduação, estágio de graduação ou formação prática supervisionada vinculado à Procuradoria (ou unidade equivalente)?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Residência jurídica*
- *Estágio de pós-graduação*
- *Estágio de graduação em Direito*
- *Estágio de outras áreas de apoio técnico/administrativo*
- *Não possui*

80. A Procuradoria (ou unidade equivalente) realiza, incentiva ou divulga produção técnico-científica, publicações institucionais, boletins jurídicos, notas técnicas, eventos ou pesquisas voltadas ao Direito Público e à gestão municipal?

- *Sim, regularmente*
- *Sim, eventualmente*
- *Não*

EIXO 11 – PRERROGATIVAS, GARANTIAS FUNCIONAIS E REPRESENTAÇÃO ASSOCIATIVA

81. Atos normativos preveem prerrogativas funcionais para os advogados públicos/procuradores do Consórcio?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, independência técnico-funcional no exercício das atribuições*
- *Sim, inamovibilidade ou garantia de lotação*
- *Sim, irredutibilidade de subsídio ou vencimentos*
- *Sim, requisição de informações e documentos a órgãos públicos*
- *Sim, porte de identidade funcional com fé pública*
- *Sim, outra(s). Qual(is)?*
- *Não há prerrogativas previstas em ato normativo*

82. Os advogados públicos/procuradores do Consórcio gozam de independência técnico-funcional na emissão de pareceres, manifestações e orientações jurídicas, sem subordinação hierárquica quanto ao conteúdo técnico?

- *Sim, há previsão normativa expressa de independência técnica*
- *Sim, independência é observada na prática, ainda que sem previsão normativa*

- Não
- Não se aplica

EIXO 12 – DIVERSIDADE, EQUIDADE, INCLUSÃO E POLÍTICAS AFIRMATIVAS

83. A Procuradoria (ou unidade equivalente) possui políticas, diretrizes ou ações institucionais relacionadas a diversidade, equidade e inclusão?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, política formal implementada e em operação*
- *Sim, em fase de discussão ou definição*
- Não
- Não se aplica

84. A composição do quadro de advogados públicos/procuradores e equipes de apoio da Procuradoria (ou unidade equivalente) reflete representatividade de gênero, raça/etnia e pessoas com deficiência?

Pergunta de múltiplas respostas – assinalar todas as alternativas aplicáveis.

- *Sim, há equilíbrio de gênero*
- *Sim, há representatividade racial/étnica*
- *Sim, há servidores com deficiência*
- *Não há dados ou monitoramento sobre representatividade*
- Não se aplica

85. A Procuradoria (ou unidade equivalente) adota medidas para garantir acessibilidade física e digital às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, tanto para servidores quanto para o público externo?

- *Sim, acessibilidade física e digital*
- *Sim, apenas acessibilidade física*
- *Sim, apenas acessibilidade digital*
- Não
- Não se aplica

DECLARAÇÃO DE VALIDAÇÃO DAS RESPOSTAS

- *Declaro que as informações prestadas refletem os dados disponíveis no órgão/entidade respondente na data do preenchimento, ressalvadas as observações registradas.*

Nome do responsável pela validação:

[Campo de resposta aberta / texto para inserção exclusivamente no formulário eletrônico]

Cargo/função do responsável pela validação:

- *Dirigente máximo do órgão jurídico*
- *Representante Legal*
- *Controle Interno*
- *Outros (especificar detalhadamente no questionário eletrônico)*